

No. 34787

**United Nations (Economic Commission for Latin America
and the Caribbean)
and
Brazil**

Agreement between the Economic Commission for Latin America and the Caribbean and the Government of the Federative Republic of Brazil concerning assistance for the formulation of public policies in the field of social security, supplementary to the Agreement of 27 July 1984 between the Federative Republic of Brazil and the United Nations on the functioning of the Brasilia office of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (with work plan). Brasilia, 30 June 1998

Entry into force: *30 June 1998 by signature, in accordance with article 15*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *ex officio, 30 June 1998*

**Organisation des Nations Unies (Commission économique
pour l'Amérique latine et les Caraïbes)
et
Brésil**

Accord entre la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes et la République fédérative du Brésil relatif à l'assistance en vue de la formulation de politiques publiques dans le domaine de la sécurité sociale, complémentaire à l'Accord du 27 juillet 1984 entre la République fédérative du Brésil et l'Organisation des Nations Unies relatif au fonctionnement du bureau brésilien de la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes (avec plan de travail). Brasilia, 30 juin 1998

Entrée en vigueur : *30 juin 1998 par signature, conformément à l'article 15*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *d'office, 30 juin 1998*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR ENTRE A COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL AO ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O FUNCIONAMENTO NO BRASIL DO ESCRITÓRIO DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE, DE 27 DE JULHO DE 1984, PARA O APOIO À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

e

O Governo da República Federativa do Brasil
(doravante denominados "Partes Contratantes")

CONSIDERANDO:

Que as relações de cooperação entre as Partes Contratantes amparam-se no "Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica", de 29 de dezembro de 1964, particularmente no que prevêem o Artigo I, parágrafo terceiro, Artigo III, parágrafo primeiro, e Artigo IV, parágrafo quarto, e no "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o Funcionamento do Escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe", de 27 de julho de 1984;

Que a cooperação técnica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe para a formulação de políticas públicas na área de previdência social se reveste de especial interesse para as Partes Contratantes;

Que é conveniente estimular a cooperação entre as Partes Contratantes na referida área;

Ajustam o seguinte:

TÍTULO I
Do Objeto

ARTIGO 1º

O presente Ajuste Complementar visa à prestação de cooperação técnica pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ao Governo brasileiro para a implementação de ações programáticas nas áreas de pesquisa, treinamento de recursos humanos e outras modalidades de apoio técnico e metodológico ao Ministério da Previdência e Assistência Social, tais como seminários, simpósios, estágios e intercâmbio de técnicos.

TÍTULO II
Da Execução

ARTIGO 2º

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- I – o Ministério da Previdência e Assistência Social, doravante denominado "MPAS", como instituição responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.
- II – a Agência Brasileira de Cooperação, doravante denominada "ABC", como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar sob o aspecto programático; e

ARTIGO 3º

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, doravante denominada "CEPAL", designa o seu Escritório no Brasil como instituição responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

TÍTULO III
Da Operacionalização

ARTIGO 4º

Para a operacionalização do presente Ajuste Complementar, o MPAS normatizará e coordenará, juntamente com a CEPAL, as ações decorrentes deste instrumento.

ARTIGO 5º

As atividades desenvolvidas no âmbito deste Ajuste Complementar, para atender ao seu objeto, serão delimitadas em Planos de Trabalho anuais concebidos pelo MPAS e submetidos à ABC, que os encaminhará à CEPAL.

Parágrafo Primeiro. Os Planos de Trabalho anuais mencionados no *caput* deste artigo terão de inscrever-se nos princípios gerais da cooperação técnica e deverão ser discutidos, previamente, para a circunscrição do objeto, com a ABC, que, por competência regulamentar, os articula e os negocia.

Parágrafo Segundo. Os Planos de Trabalho, cuja formalização será feita pelas Partes Contratantes quando da aposição da assinatura de seus agentes signatários, depois de aprovados pelas mesmas, conterão, de maneira pormenorizada, o objeto, a justificativa, as atividades a serem desenvolvidas, os resultados esperados, os indicadores de sucesso, o cronograma de implementação e o cronograma de desembolsos da contrapartida financeira nacional.

Parágrafo Terceiro. Os Planos de Trabalho anuais de que trata este artigo poderão ser alvo de revisões periódicas tanto no que concerne às atividades estabelecidas para atingir o objeto contratado, como no relativo ao orçamento estipulado para a consecução do mesmo.

I - As revisões periódicas, que deverão ser processadas por solicitações fundamentadas em justificativas técnicas, poderão ser propostas:

a) pelo MPAS; e

b) pela CEPAL.

Parágrafo Quarto. O Diretor do Escritório da CEPAL, ou pessoa por ele designada, será responsável pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Parágrafo Quinto. O Ministro de Estado do MPAS, ou pessoa por ele designada, será responsável pela proposição e coordenação das atividades do presente Ajuste Complementar.

TÍTULO IV
Das Obrigações Das Partes Contratantes

ARTIGO 6º

Ao Governo brasileiro caberá:

I - por intermédio da ABC:

- a) monitorar o cumprimento de todas as cláusulas constantes deste Ajuste Complementar, assim como dos instrumentos apensos.

II - por intermédio do MPAS:

- a) propor e coordenar os trabalhos a serem implementados com fundamento neste Ajuste Complementar;
- b) definir os produtos a serem alcançados para cada item do Plano de Trabalho, que serão qualificados por Termos de Referência e respaldados pelos recursos efetivamente liberados;
- c) analisar os Termos de Referência para cada um dos produtos a executar e, em consequência, indicar o perfil dos consultores a contratar, o tempo necessário para sua realização e os técnicos da contraparte que participarão da elaboração do produto;
- d) aprovar cada um dos produtos finais realizados e solicitar as modificações necessárias;
- e) elaborar Relatórios de Progresso, nos moldes estabelecidos pela ABC, para o acompanhamento de projetos de cooperação técnica internacional;
- f) transformar em publicações os produtos finais, se assim julgar conveniente.

ARTIGO 7º

À CEPAL caberá:

- a) implementar as ações decorrentes deste Ajuste Complementar;

- b) selecionar, para contratação, especialistas e consultores, por força deste Ajuste Complementar, conforme os procedimentos administrativos e financeiros concernentes à matéria, mediante prévia consulta à ABC e ao MPAS;
- c) cooperar com especialistas de seu quadro regular, segundo a disponibilidade do seu programa, ou com consultores contratados, de acordo com as solicitações do MPAS, compatibilizadas as funções destes com as atividades e recursos definidos nos Planos de Trabalho e Termos de Referência para cada produto;
- d) utilizar-se das facilidades de que dispõe como organismo internacional para a cooperação técnica recíproca, quando solicitado pelo MPAS;
- e) participar do acompanhamento e da avaliação dos trabalhos executados;
- f) apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do término da vigência do presente Ajuste Complementar, um relatório final sobre o desenvolvimento de suas atividades, bem como avaliação dos resultados alcançados;
- g) organizar e coordenar ações de cooperação técnica horizontal, que permitirão o conhecimento de experiências e metodologias desenvolvidas em outros países em temas relativos ao objeto deste Ajuste Complementar.
- h) executar as ações supra, por meio de missões de estudo, que contarão com pessoal designado pelo MPAS, e destinar-se-ão a países com os quais se estabeleçam programas nesse sentido, podem constituir-se em missões de funcionários daqueles países para apoiar programas específicos, condicionadas à disponibilidade do pessoal técnico indicado;
- i) organizar ações de capacitação de recursos humanos, estabelecidas em comum acordo com o MPAS.

TÍTULO V Dos Recursos Financeiros

ARTIGO 8º

Para a execução deste Ajuste Complementar, o MPAS se compromete a destinar a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo Primeiro. As despesas a que se refere o *caput* deste Artigo serão atendidas à conta do orçamento do MPAS, através da Lei nº 9.598, de 30 de dezembro de 1997, Programa de Trabalho 33101.15.082.0492.2015.0006 – Supervisão e Coordenação da Política de Previdência Social, Elemento de Despesa 3.4.72.41 (Outras Despesas Correntes – Transferências ao Exterior – Organismos Internacionais – Contribuições), Fonte 151 (Contribuições Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas). Nota de Empenho nº 98 NE00143, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo Segundo. Os compromissos assumidos pela CEPAL a serem financiados com recursos deste Ajuste Complementar não poderão, em sua execução, extrapolar o prazo de vigência deste instrumento.

Parágrafo Terceiro. As contribuições financeiras do MPAS farão parte de um fundo fiduciário de cooperação e assistência técnica estabelecido pela CEPAL, que será regido pelas disposições dos regulamentos administrativos, financeiros e de pessoal das Nações Unidas, estando sujeito aos procedimentos previstos de auditoria.

Parágrafo Quarto. O fundo fiduciário constituído pelas contribuições financeiras do MPAS será debitado em 13% (treze por cento) sobre as despesas deste fundo, como cobrança pelos serviços de apoio administrativo providos pela CEPAL para a realização das ações e atividades programadas neste Ajuste Complementar. O fundo fiduciário também será debitado no valor não-reembolsável de 1% (um por cento) da remuneração ou salário líquido dos consultores e pessoal contratado com os seus recursos, para prover reserva de cobertura por qualquer demanda decorrente de morte, doença ou danos físicos ocorridos em serviço, como previsto nas regras e regulamentos das Nações Unidas.

Parágrafo Quinto. A CEPAL não assumirá compromissos financeiros que excedam a contribuição do MPAS contabilizada neste fundo.

TÍTULO VI Da Prestação de Contas e do Relatório Final

ARTIGO 9º

A CEPAL prestará contas ao MPAS dos recursos aplicados em razão deste Ajuste Complementar, mediante relatórios técnico-financeiros, apresentados trimestralmente, com demonstração sumária das despesas realizadas no período.

Parágrafo Único. A CEPAL obriga-se ainda a apresentar um relatório financeiro final, até 60 (sessenta) dias após o término da vigência deste Ajuste Complementar.

TÍTULO VII
Da Auditoria

ARTIGO 10

O Plano de Trabalho desenvolvido no contexto deste Ajuste Complementar será objeto de uma auditoria anual ou sempre que uma das Partes Contratantes achar necessário.

Parágrafo Primeiro. Deverão estar sempre à disposição dos auditores, no MPAS, todos os documentos de trabalho pertinentes às ações e atividades de cooperação desenvolvidas no âmbito deste Ajuste Complementar.

Parágrafo Segundo. No caso de os originais dos documentos encontrarem-se em posse da CEPAL, a título de privilégios e imunidades, cópias autenticadas deverão ser fornecidas quando solicitadas pelos auditores.

TÍTULO VIII
Do Pessoal

ARTIGO 11

A contratação de pessoal pela CEPAL para executar as atividades previstas no âmbito deste Ajuste Complementar será regida pelas disposições dos regulamentos administrativo, financeiro e de pessoal das Nações Unidas, não tendo o MPAS relação jurídica de qualquer natureza com os contratados.

TÍTULO IX
Do Crédito à Participação e da Divulgação

ARTIGO 12

A CEPAL e o MPAS consultar-se-ão a respeito da conveniência da reprodução, publicação e divulgação de trabalhos e outros produtos da cooperação técnica advindos deste Ajuste Complementar, sendo observado o devido crédito à participação de cada uma das Partes Contratantes.

Parágrafo Único. O MPAS obriga-se a indicar, expressamente, a participação da CEPAL em toda a divulgação que fizer das atividades desenvolvidas em decorrência da execução deste Ajuste Complementar, ficando terminantemente vedado incluir ou, de qualquer forma, fazer constar, na publicação ou veiculação dos trabalhos dele decorrentes, nomes, marcas, símbolos, logotipos, combinações de cores ou sinais, ou imagens que caracterizem ou possam caracterizar promoção de cunho pessoal ou de caráter comercial.

TÍTULO X
Da Modificação

ARTIGO 13

O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado por assentimento das Partes Contratantes pela via diplomática.

TÍTULO XI
Dos Bens e Saldos Financeiros

ARTIGO 14

Ao término do presente Ajuste Complementar, o MPAS e a CEPAL procederão da seguinte forma em relação aos bens adquiridos, aos recursos remanescentes e aos saldos financeiros:

- I - os bens adquiridos com recursos destinados à execução deste Ajuste Complementar serão transferidos ao patrimônio do MPAS;
- II - a CEPAL deverá devolver ao MPAS o saldo dos recursos não utilizados e em seu poder, uma vez quitados os compromissos pendentes.

TÍTULO XII
Da Vigência

ARTIGO 15

O presente Ajuste Complementar entra em vigor na data da sua assinatura e terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado pelas Partes Contratantes, por igual período, mediante notificação.

TÍTULO XIII
Da Denúncia

ARTIGO 16

O presente Ajuste Complementar poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes, por meio de notificação feita com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, preservando-se, entretanto, a continuidade das ações e atividades em desenvolvimento.

Parágrafo Único. Havendo denúncia do presente Ajuste Complementar por qualquer das Partes Contratantes, a CEPAL deverá liquidar, até o 30º (trigésimo) dia útil após a data da rescisão, todos os compromissos assumidos no decorrer da execução deste instrumento e concluídos antes da referida rescisão, ficando estabelecido que os compromissos assumidos pela CEPAL e não pagos dentro do prazo mencionado no *caput* deste artigo não poderão ser imputados ao presente instrumento e serão automaticamente convertidos em saldo deste e, como tal, deverão ser devolvidos ao MPAS naquela data.

TÍTULO XIV Da Solução de Controvérsias

ARTIGO 17

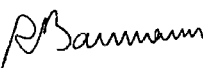
As controvérsias surgidas na execução do presente Ajuste Complementar serão resolvidas por via diplomática.

TÍTULO XV Das Disposições Gerais

ARTIGO 18

Para as questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do "Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA", de 29 de dezembro de 1964, e do "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o funcionamento do Escritório no Brasil, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe", de 27 de julho de 1984.

Celebrado em Brasília, em 30 de junho de 1998, em 2 exemplares originais, de igual teor e forma, para um só efeito.


PELA COMISSÃO ECONÔMICA PARA A
AMÉRICA LATINA E O CARIBE


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PLANO DE TRABALHO

1. Título do Projeto

Formulação de Políticas Públicas na Área de Previdência Social

2. Objetivo de Desenvolvimento

Ampliar a capacidade do Ministério da Previdência e Assistência Social de formular propostas de políticas públicas, nos temas de sua responsabilidade.

2.1 Objetivo Imediato do Projeto

Promover estudos, seminários e publicações que levantem opções de políticas públicas na área de Previdência Social, *vis à vis* a experiência internacional, bem como seu impacto sobre a política social governamental.

3. Antecedentes e Justificativa

A Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) desenvolve estudos que contribuem para o desenvolvimento econômico e social da região. Os resultados destes estudos constituem base para ações de cooperação técnica com os países membros da CEPAL.

Dentro da proposta de promover a transformação produtiva com equidade das economias latino-americanas e do Caribe, a CEPAL tem destacado o papel da política social, especialmente a previdência social e os mecanismos de seguro social. Vários países da região realizam importantes reformas em seus sistemas de seguridade social. A CEPAL desenvolveu importantes projetos de pesquisa sobre estas reformas em exercícios comparativos, no início da atual década e, mais recentemente, está direcionando recursos para o estudo de importantes temas da seguridade, como o financiamento do setor saúde.

No caso brasileiro, a CEPAL, por intermédio de seu Escritório no Brasil, colaborou na elaboração de estudos, seminários e publicações com o Ministério da Previdência e Assistência Social, quando da Assembleia Constituinte (1987-88), da Revisão Constitucional (1993-1994) e das emendas constitucionais (desde 1996).

Estas fases de cooperação técnica entre as duas instituições são caracterizadas por diferentes objetivos. Na primeira fase, os estudos da CEPAL com o MPAS visavam realizar um levantamento da situação da seguridade social no Brasil, inclusive com a apuração pioneira de indicadores sociais. Na fase seguinte, coube ao esforço conjunto com a CEPAL a realização de vários estudos sobre diferentes propostas de reforma do sistema da seguridade social. Buscou-se pesquisas, especialmente, experiências internacionais sobre o processo de mudanças na Previdência Social, inclusive na questão de integração regional. Nesta última fase, pode-se identificar duas linhas de orientação: a atualização de estudos de simulação de impacto (econômico e legal) da reforma sendo discutida com o Congresso Nacional e de incrementar a capacidade de análise e de gestão de áreas que se desenvolvem rapidamente neste cenário de reforma do sistema - a Previdência Complementar e a gestão de informações sobre potenciais beneficiários.

A fase proposta neste Plano de Trabalho tem como objetivo consolidar resultados sobre a capacitação gerencial na área de Previdência Complementar, possibilitando a modernização e expansão da capacidade supervisora do Ministério nesta área.

Nos últimos quatro anos, as transformações promovidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social buscam incrementar e ordenar as atividades de fundos de pensão privados, fechados e abertos. Nesse sentido, a responsabilidade de supervisão expande-se consideravelmente, exigindo maior acesso as informações sobre os desempenhos destes fundos, como também a elaboração de metodologias de análise de gestão e risco dos administradores destes fundos.

A fase proposta visa atender três temas: padronização de informações contábeis, sistema de gerenciamento de dados e a avaliação de desempenho econômico-financeiro. O primeiro tema implica na alteração da planificação contábil padrão das entidades fechadas de Previdência Privada, em três etapas, iniciando pela revisão do plano contábil em relação à dinâmica das novas operações financeiras realizadas pelo sistema de Previdência Complementar seguida pela atualização das normas contábeis necessárias e finalizadas pela elaboração de novas demonstrações contábeis destes fundos. No anterior Acordo de Cooperação Técnica entre a CEPAL e o MPAS desenvolveu-se os produtos relacionados sobre os requisitos de um sistema informatizado de gerenciamento de dados para o monitoramento das aplicações e investimentos dos fundos e a correspondente metodologia para analisar e avaliar o desempenho econômico e financeiro destas instituições. O objetivo nesta etapa e consolidar os resultados já obtidos e permitir a implantação do sistema informatizado e da avaliação de desempenho, inclusive com a capacitação das áreas técnicas do Ministério, como também dos fundos.

4. Atividades e Resultados Esperados

As atividades serão realizadas atendendo aos objetivos do Ajuste Complementar entre a CEPAL, a ABC e o MPAS. A seguir, apresenta-se um quadro com as atividades principais que deverão ser implementadas, os resultados esperados e os indicadores que permitirão medir o seu alcance. As três atividades propostas estão detalhadas nas ações sobre Previdência Complementar.

A execução do Plano de Trabalho e sua coordenação exigirão um desdobramento destas macroatividades em seqüências de sub-atividades e suas respectivas interdependências temporais, o que permitirá o seu acompanhamento e avaliação. Os mecanismos de verificação são, em geral, a apresentação dos relatórios de pesquisa e, em alguns casos, a apresentação de produto originado da aplicação de programas informatizados, como a construção de banco de dados.

5. Disposições Operativas

A execução deste programa de trabalho será realizada por intermédio do Escritório da CEPAL no Brasil e do Ministério da Previdência e Assistência Social. No Ministério, o Comitê Assessor de Análise e Acompanhamento de Projetos a serem submetidos à cooperação com a CEPAL, presidido pelo Assessor Internacional do MPAS, realiza o monitoramento das atividades sendo executadas, coordena o processo de identificação de novos projetos e verifica os seus termos de referência.

As ações de identificação de consultores, acompanhamento e certificação de conclusão de cada atividade serão desenvolvidas pelo Escritório da CEPAL no Brasil e pelas unidades do MPAS responsáveis por grupo de atividade, no caso a Secretaria de Previdência Complementar.

O Quadro IV apresenta o cronograma para execução das atividades, no prazo solicitado de validade do Ajuste Complementar, de doze meses. Como os temas de sistema informatizado e método de avaliação de desempenho econômico e financeiro já podem se utilizar de resultados do Acordo de Cooperação Técnica anterior, será dada prioridade a sua execução. Assim o tema de planificação contábil será realizado na segunda metade do período.

PLANO DE TRABALHO

QUADRO I
Componentes, Atividades e Resultados

OBJETIVO IMEDIATO	RESULTADOS	ATIVIDADES	PRINCIPAIS INDICADORES
Promover estudos, seminários e publicações que levantem opções de políticas públicas na área de Previdência Social, <i>vis à vis</i> a experiência internacional, bem como seu impacto sobre a política social governamental.	R.1.1 – Planificação Contábil Padrão das Entidades Fechadas de Previdência Privada – EFPP avaliada.	1.1.1. Revisar atual padrão de classificação contábil e de seus procedimentos. 1.1.2. Criar capacidade de diagnóstico rápido da situação contábil das EFPP.	a) Adequação de planos contábeis para operações financeiras como fusões, cisões, incorporação, fundos multipatrocionados, e plano assistencial. b) Proposição de revisão de normas sobre as operações financeiras listadas e sobre operações no mercado acionário (opções, empréstimos de ações, etc) c) Apresentação de proposta de novas demonstrações contábeis, que incluam as operações analisadas.
	R.1.2 - Sistema Informatizado para Acompanhamento e Avaliação do Desempenho Econômico-Financeiro das Entidades Fechadas de Previdência Complementar implantado.	1.2.1. Desenvolver e fazer operar sistema informatizado, com tecnologia compatível, para o envio e recebimento de dados econômicos	a) Capacidade supervisora do MPAS na área de Previdência Complementar

	<p>R.1.3 - Método de Avaliação do Desempenho Econômico e Financeiro da Entidades Fechadas de Previdência Complementar desenvolvido.</p>	<p>e financeiros das entidades de Previdência Complementar para o Ministério.</p> <p>(segue...)</p> <p>1.2.2. Instalar sistema de capacitação de dados por meio eletrônico e realizar crítica ao preenchimento de informações.</p> <p>1.2.3. Treinar equipe da SPC e de entidades fechadas de Previdência Complementar.</p> <p>1.2.4. Estabelecer opções no gerenciamento dos dados para elaboração de relatórios.</p> <p>1.2.5. Emitir relatórios gerenciais sobre o desempenho econômico e financeiro das entidades fechadas de Previdência Complementar</p>	<p>expandida e modernizada.</p> <p>a) capacitação da área técnica da SPC e das entidades de Previdência Complementar sobre o método de avaliação e indicadores de desempenho.</p> <p>b) propor novas normas ou ajustes na legislação sobre</p>
--	---	--	--

		<p>1.3.1. Realizar avaliação do desempenho das entidades de Previdência Complementar, utilizando metodologia transparente e confiável.</p> <p>1.3.2. Alterar normas da legislação vigente para implementar metodologia de avaliação</p> <p>1.3.3. Capacitar a SPC para eficaz controle e avaliação da rentabilidade dos ativos das entidades de Previdência Complementar</p>	<p>o setor</p> <p>c) estabelecer as condições para uma futura auto-regulamentação do setor.</p>
--	--	--	---

PLANO DE TRABALHO

QUADRO II
Cronograma de Desembolso

DISCRIMINAÇÃO	1998 VALORES EM REAIS (R\$)
Consultoria e Treinamento	80.880,00
Diárias e Passagens	7.200,00
Publicação	0,00
Equipamentos	0,00
Diversos	415,57
Custos de gestão (<i>Overhead</i>) da CEPAL	11.504,43
TOTAL	100.000,00

Para elaboração do orçamento apresentado no Quadro II, considerou-se a previsão de gastos de cada Resultado do Plano de Trabalho. No quadro III apresenta-se o valor estimado de cada Resultado, exclusive os custos de gestão (*overhead*).

PLANO DE TRABALHO

QUADRO III
Custo Estimado de cada Atividade

ATIVIDADES	Valor em Reais (R\$)
I. Estudos sobre Planificação Contábil (seis meses/homem)	24.240,00
II. Estudos sobre Sistema Informatizado (sete meses/homem)	20.280,00
III. Estudos sobre Avaliação de Desempenho (nove meses/homem)	36.360,00
IV Missões de consultor (3 missões por estudo Rio ou São Paulo/BSB mais de um dia de estadia)	7.200,00
V Diversos	415,57
TOTAL	88.495,57

QUADRO IV
Cronograma

Resultado	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9
R.1	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X			
R.2	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X		
R.3	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN AND THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL CONCERNING ASSISTANCE FOR THE FORMULATION OF PUBLIC POLICIES IN THE FIELD OF SOCIAL SECURITY, SUPPLEMENTARY TO THE AGREEMENT OF 27 JULY 1984 BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE UNITED NATIONS ON THE FUNCTIONING OF THE BRAS LIA OFFICE OF THE ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

The Economic Commission for Latin America and the Caribbean and
The Government of the Federative Republic of Brazil,
(Hereinafter called the "Contracting Parties"),

Whereas:

Cooperation between the Contracting Parties is governed by the Revised Standard Agreement of 29 December 1964¹ between the Government of the United States of Brazil and the United Nations, its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency, in particular, Article I, paragraph 3, Article III, paragraph 1, and Article IV, paragraph 4, thereof, and by the Agreement of 27 July 1984² between the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations on the functioning of the Brasilia Office of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean;

The technical cooperation of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean for the formulation of public policies in the field of social security is of special interest for the Contracting Parties;

Cooperation between the Contracting Parties in that field should be encouraged;

Agree to the following:

CHAPTER I. PURPOSE

Article 1

The purpose of this Supplementary Agreement is the provision of technical cooperation to the Brazilian Government by the Economic Commission for Latin America and the Caribbean for the implementation of programme activities in the areas of research, human resources training and other types of technical and methodological assistance to the Ministry of Social Security and Welfare, such as seminars, symposiums, internships and exchanges of experts.

1. United Nations, *Treaty Series*, vol. 684, p. 248.

2. *Ibid.*, vol. 1885, No. 1-32078.

CHAPTER II. EXECUTION

Article 2

The Government of the Federative Republic of Brazil hereby designates:

I. The Ministry of Social Security and Welfare (hereinafter called "the Ministry") as the institution responsible for the execution of activities under this Supplementary Agreement; and

II. The Brazilian Cooperation Agency (hereinafter called "ABC") as the institution responsible for coordinating, monitoring and evaluating programme activities under this Supplementary Agreement.

Article 3

The Economic Commission for Latin America and the Caribbean (hereinafter called "ECLAC") hereby designates its Brasília Office as the institution responsible for executing activities under this Supplementary Agreement.

CHAPTER III. APPLICATION

Article 4

For the application of this Supplementary Agreement, the Ministry shall, jointly with ECLAC, regulate and coordinate activities hereunder.

Article 5

The activities executed within the framework of this Supplementary Agreement in order to achieve its purpose shall be described in annual work plans prepared by the Ministry and submitted to ABC, which shall forward them to ECLAC.

Paragraph 1. The annual work plans mentioned in the chapeau to this Article shall adhere to the general principles of technical cooperation and, in order to define their purpose, shall be discussed in advance with ABC which, for reasons of statutory competence, shall coordinate and negotiate them.

Paragraph 2. The work plans, which, once approved, shall be formalized by the Contracting Parties by affixing the signatures of their respective signatories, shall describe in detail the purpose, the justification, the activities to be carried out, the anticipated results, the indicators of success, the implementation timetable and the timetable for the disbursement of national counterpart funding.

Paragraph 3. The annual work plans referred to in this Article may be periodically reviewed, both with regard to the activities to be carried out to achieve the agreed purpose and with regard to the budget stipulated for doing so.

1. The periodic reviews, which shall be carried out in response to technically substantiated requests, may be proposed:

- (a) By the Ministry; and
- (b) By ECLAC.

Paragraph 4. The Director of the ECLAC Office, or a person designated by him, shall be responsible for the execution of activities under this Supplementary Agreement.

Paragraph 5. The Minister of State of the Ministry of Social Security and Welfare or a person designated by him shall be responsible for proposing and coordinating activities under this Supplementary Agreement.

CHAPTER IV. OBLIGATIONS OF THE CONTRACTING PARTIES

Article 6

The Brazilian Government shall:

I. Through ABC:

(a) Monitor compliance with all the provisions of this Supplementary Agreement and the instruments annexed hereto.

II. Through the Ministry:

(a) Propose and coordinate the work to be carried out on the basis of this Supplementary Agreement;

(b) Define the outputs to be produced for each item of the work plan, which shall have terms of reference and shall be backed by the resources actually made available;

(c) Analyze the terms of reference for each of the outputs to be produced and, accordingly, indicate the profile of the consultants to be hired, the time needed to produce the outputs and the counterpart experts who will take part in doing so;

(d) Approve each of the outputs produced and request the necessary modifications;

(e) Prepare progress reports, according to models drawn up by ABC, for the monitoring of international technical cooperation projects;

(f) Transform the outputs into publications, if this is deemed appropriate.

Article 7

ECLAC shall:

(a) Implement the activities under this Supplementary Agreement;

(b) Select the experts and consultants to be hired pursuant to this Supplementary Agreement, in accordance with the corresponding administrative and financial procedures and after consulting ABC and the Ministry;

(c) Cooperate with experts from its regular staff, where available, or with hired consultants, as requested by the Ministry, ensuring that the latter's functions are compatible with the activities and resources defined in the work plan and the terms of reference for each output;

- (d) Use the facilities available to it as an international agency for reciprocal technical cooperation when requested by the Ministry;
- (e) Participate in monitoring and evaluating the work carried out;
- (f) Present a final report on the execution of its activities, together with an evaluation of the results attained, within 60 (sixty) days from the expiration of this Supplementary Agreement;
- (g) Organize and coordinate horizontal technical cooperation activities that will make it possible to learn about experiences and methodologies developed in other countries on issues related to the purpose of this Supplementary Agreement;
- (h) Execute the above activities through study missions, involving staff designated by the Ministry, to countries with which the corresponding programmes have been established; missions of officials from those countries may be set up to support specific programmes, subject to the availability of the appropriate technical staff;
- (i) Organize human resources training activities established in agreement with the Ministry.

Chapter V. Financial Resources

Article 8

For the execution of this Supplementary Agreement, the Ministry undertakes to contribute an amount of R\$ 100,000.00 (one hundred thousand reais).

Paragraph 1. The expenditures referred to in the chapeau of this Article shall be covered from the Ministry's budget, under Act No. 9,598 of 30 December 1997, Work Programme 33101.15.082.0492.2015.0006 -- Supervision and Coordination of Social Security Policy, Expenditure Line 3.4.72.41 (Other current expenditures -- External transfers -- International organizations -- Contributions), Source 151 (Social contributions on the profits of juridical persons). Allocation Note No. 98 NE00143 in the amount of R\$ 100,000.00 (one hundred thousand reais).

Paragraph 2. The execution of the commitments entered into by ECLAC and to be financed with resources under this Supplementary Agreement shall not extend beyond the duration of the Agreement.

Paragraph 3. The Ministry's financial contribution shall form part of a cooperation and technical assistance trust fund to be established by ECLAC, which shall be governed by the provisions of the administrative, financial and staff regulations of the United Nations and shall be subject to the stipulated auditing procedures.

Paragraph 4. The trust fund established with the Ministry's financial contribution shall be debited at a rate of 13 per cent of its expenditures to cover the administrative support services provided by ECLAC for the implementation of the activities programmed under this Supplementary Agreement. The trust fund shall also be debited a non-reimbursable amount corresponding to one per cent of the remuneration or net salary of the consultants and staff hired with its resources, in order to establish a reserve fund to cover any claim

arising from death, injury or illness occurring during the performance of official duties, as established in the rules and regulations of the United Nations.

Paragraph 5. ECLAC shall not assume financial commitments in excess of the Ministry's contribution to this fund.

CHAPTER VI. ACCOUNTING FINAL REPORT

Article 9

ECLAC shall account to the Ministry for the resources used under this Supplementary Agreement by submitting quarterly technical and financial reports giving a brief description of expenditures for the period.

Sole paragraph. ECLAC also undertakes to submit a final financial report within 60 (sixty) days from the expiration of this Supplementary Agreement.

CHAPTER VII. AUDIT

Article 10

The work plan implemented within the framework of this Supplementary Agreement shall be audited every year or whenever one of the Contracting Parties deems it necessary.

Paragraph 1. All working documents related to the cooperation activities implemented under this Supplementary Agreement shall be available to the auditors in the Ministry at all times.

Paragraph 2. In the case of originals of documents in the possession of ECLAC by virtue of privileges and immunities, authenticated copies shall be provided at the auditors' request.

CHAPTER VIII. STAFF

Article 11

The recruitment of staff by ECLAC to execute the activities provided for under this Supplementary Agreement shall be governed by the provisions of the administrative, financial and staff regulations of the United Nations and the Ministry shall have no legal relationship of any kind with the persons so recruited.

CHAPTER IX. DISSEMINATION AND CREDIT FOR PARTICIPATION

Article 12

ECLAC and the Ministry shall consult each other on the advisability of reproducing, publishing and disseminating documents and other technical cooperation outputs produced

under this Supplementary Agreement, due credit being given for the participation of each of the Contracting Parties.

Sole paragraph. The Ministry undertakes to expressly mention the participation of ECLAC when disseminating any information on the activities implemented pursuant to this Supplementary Agreement. It is strictly forbidden to include or in any way reproduce, in the publication or dissemination of documents arising therefrom, any names, trademarks, symbols, logos, images, combinations of colours or designs that are or could be characterized as advertising of a personal or commercial nature.

CHAPTER X. AMENDMENT

Article 13

This Supplementary Agreement may be amended through the diplomatic channel, by agreement between the Contracting Parties.

CHAPTER XI. FINANCIAL BALANCES AND ASSETS

Article 14

Upon termination of this Supplementary Agreement, the Ministry and ECLAC shall proceed as follows with regard to any property that has been acquired, remaining resources and financial balances:

I. Property acquired with resources intended for the execution of this Supplementary Agreement shall be transferred to the Ministry's assets;

II. ECLAC shall return to the Ministry the balance of any unused resources held by it, once it has settled outstanding commitments.

CHAPTER XII. PERIOD OF VALIDITY

Article 15

This Supplementary Agreement shall enter into force on the date of its signature and shall remain in force for 12 (twelve) months. It may be extended by the Contracting Parties for an equivalent period, upon notification thereof.

CHAPTER XIII. DENUNCIATION

Article 16

This Supplementary Agreement may be denounced by either of the Contracting Parties by giving at least 90 days' advance notice, during which period any ongoing activities shall continue.

Sole paragraph. Once this Supplementary Agreement has been denounced by either of the Contracting Parties, ECLAC shall settle all commitments entered into in the course of its execution, and concluded before such denunciation, within 30 (thirty) working days after the date of denunciation, it being established that commitments entered into by ECLAC and not paid within the period mentioned in the chapeau to this Article may not be charged to this Agreement and shall automatically become a remaining balance thereof and, as such, shall be returned to the Ministry on that date.

CHAPTER XIV. DISPUTE SETTLEMENT

Article 17

Any disputes arising from the implementation of this Supplementary Agreement shall be settled through the diplomatic channel.

CHAPTER XV. GENERAL PROVISIONS

Article 18

For matters not covered by this Supplementary Agreement, the provisions of the Revised Standard Agreement of 29 December 1964 between the Government of the United States of Brazil and the United Nations, its specialized agencies and the International Atomic Energy Agency and of the Agreement of 27 July 1984 between the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations on the functioning of the Brasília Office of the Economic Commission for Latin America shall apply.

Done at Brasília on 30 June 1998 in two originals, each text being equally authentic.

For the Economic Commission for Latin America and the Caribbean:

RENATO COELHO BAUMANN DAS NEVES

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

ELIM DUTRA

WORK PLAN

1. Title of Project

Formulation of Public Policies in the Field of Social Security.

2. Overall Objective

To build the capacity of the Ministry of Social Security and Welfare to formulate proposals for public policies on issues within its area of responsibility.

2.1 Immediate Objective of Project

To promote studies, seminars and publications that look at public policy options in the social security field, in the light of international experience, and examine their impact on government social policy.

3. Background and justification

The United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) conducts studies that contribute to the region's economic and social development. The results of these studies form the basis for technical cooperation activities with ECLAC member countries.

Within the context of the proposal to promote the productive transformation with social equity of the economies of Latin America and the Caribbean, ECLAC has emphasized the role of social policy, in particular, social security and social insurance mechanisms. Several countries of the region are carrying out major reforms of their social security systems. ECLAC conducted a number of important comparative research projects on these reforms at the beginning of the decade and, more recently, is directing resources towards the study of important social security topics, such as health sector financing.

In the case of Brazil, ECLAC, through its Brasilia Office, cooperated with the Ministry of Social Security and Welfare in the preparation of studies, seminars and publications at the time of the Constituent Assembly (1987-1988), the constitutional review (1993-1994) and the constitutional amendments (since 1996).

These various phases of technical cooperation between the two institutions have had different objectives. In the initial phase, studies conducted by ECLAC and the Ministry were aimed at surveying the social security situation in Brazil, and even included a pioneering examination of social indicators. The next phase saw the joint conduct of several studies on different proposals for reforming the social security system. Research was sought, in particular, international expertise on the process of social security reform, including the issue of regional integration. In the latest phase, two courses of action can be identified: updating simulation studies on the economic and legal impact of the reform being discussed with the National Congress and increasing the capacity for analysis and management of areas that are developing rapidly within this scenario of system reform -- supplementary social security and management of information on potential beneficiaries.

The phase proposed in this work plan is intended to consolidate the results of management training in the area of supplementary social security, thereby enabling the Ministry's supervisory capacity in this area to be modernized and expanded.

In the past four years, the purpose of the changes promoted by the Ministry of Social Security and Welfare has been to increase and systematize the activities of closed and open private pension funds. Accordingly, responsibility for supervision has increased considerably, requiring greater access to information on the performance of these funds, as well as the elaboration of management and risk analysis methodologies for fund administrators.

The proposed phase will involve three activities: standardization of accounting information, an information management system and evaluation of economic and financial performance. The first activity involves changing the accounting model for closed private social security agencies in three stages, starting with revision of the accounting model in line with the development of the new financial operations carried out by the supplementary social security system, followed by updating of the necessary accounting standards and ending with the preparation of new accounting models for these funds. With regard to the second and third activities, under the previous technical cooperation agreement between ECLAC and the Ministry, the necessary outputs were developed to meet the requirements of a computerized data management system for monitoring the funds' uses and investments, as well as the corresponding methodology for analyzing and evaluating the economic and financial performance of these institutions. The objective in this phase is to build on the results already achieved and to set up the computerized system and the performance evaluation, as well as training for the technical areas of the Ministry and the funds.

4. Activities and anticipated results

Activities will be carried out in the light of the objectives of the Supplementary Agreement between ECLAC, the Brazilian Cooperation Agency and the Ministry. A table with the principal activities to be implemented, the anticipated results and the indicators for measuring their success is provided below. The three proposed components are described under activities related to the supplementary social security system.

The execution and coordination of the work plan will require that these macro-activities be broken down into sequences of subactivities with their respective time-frames, allowing them to be monitored and evaluated. In general, the verification mechanisms used are the presentation of research reports and, in some cases, the presentation of the output resulting from the application of computerized programmes, for instance, the creation of a data bank.

5. Operational provisions

This work plan will be executed through the ECLAC office in Brasilia and the Ministry of Social Security and Welfare. Within the Ministry, the Advisory Committee for the analysis and monitoring of projects to be submitted for cooperation with ECLAC, chaired by the Ministry's international adviser, will monitor the activities being executed, coordinate the process of identifying new projects and verify their terms of reference.

The identification of consultants and the monitoring and certification of the conclusion of each activity will be carried out by the ECLAC office in Brasilia and by the Ministry's units responsible for each activity group, in this case the Secretariat for Supplementary Social Security.

Table IV gives the timetable for the execution of activities within the 12-month period for which the Supplementary Agreement will be in force. Since the components on the

computerized system and the methodology for evaluating economic and financial performance can already draw on the results of the previous technical cooperation agreement, priority will be given to their execution. Accordingly, the accounting component will be taken up during the second half of the period.

WORKPLAN
TABLE I
COMPONENTS, ACTIVITIES AND RESULTS

IMMEDIATE OBJECTIVE	RESULTS	ACTIVITIES	PRINCIPAL INDICATORS
<p>To promote studies, seminars and publications that look at public policy options in social security, in the light of international experience, and examine their impact on government social policy.</p>	<p>R.1.1 Accounting model for closed private social security agencies -- agency evaluated.</p> <p>R.1.2 Computerized system set up for monitoring and evaluating the economic and financial performance of closed supplementary social security agencies.</p>	<p>1.1.1 Review current accounting categories and procedures model.</p> <p>1.1.2 Create capacity for the rapid diagnosis of the accounting situation of private agencies.</p> <p>1.2.1 Develop and put into operation a computerized system with compatible technology for the Ministry to send and receive economic and financial data from supplementary social security agencies.</p> <p>1.2.2 Install a system for collecting data electronically and analyze the collection of information.</p>	<p>(a) Adaptation of accounting models for financial operations such as mergers, splits, incorporation, multi-sponsor funds and assistance schemes.</p> <p>(b) Proposal for revision of the rules on the financial operations listed above and on stock market operations (options, share loans, etc.).</p> <p>(c) Presentation of a proposal of new accounting demonstrations, which include the analyzed operations.</p> <p>(a) Supervisory capacity of the Ministry in the area of expanded and modernized supplementary social security.</p>

IMMEDIATE OBJECTIVE	RESULTS	ACTIVITIES	PRINCIPAL INDICATORS
	<p>R.1.3 Method developed for evaluating the economic and financial performance of closed supplementary social security agencies.</p>	<p>1.2.3 Train personnel of the supplementary social security system and of closed supplementary social security agencies. 1.2.4 Establish data management options for the preparation of 1.2.5 Issue managerial reports on the economic and financial performance of closed supplementary social security agencies. 1.3.1 Evaluate the performance of supplementary social security agencies using a transparent, reliable methodology. 1.3.2 Amend current laws to implement the evaluation methodology. 1.3.3 Train the supplementary social security system to effectively monitor and evaluate the profitability of the assets of supplementary social security agencies.</p>	<p>(a) Training of the technical staff of the supplementary social security system and of supplementary social security agencies in the evaluation methodology and performance indicators . (b) Propose new laws or legislative amendments on the sector. (c) Establish the conditions for future self-regulation of the sector.</p>

WORKPLAN
TABLE II
DISBURSEMENT TIMETABLE

BREAKDOWN	1988 AMOUNGS IN REAIS (RS)
Consultancies and Training	80.880.00
Transportation and Daily Subsistence Allowances	7.200.00
Publications	0.00
Equipment	0.00
Miscellaneous	415.57
ECLAC Overheads	11.504.43
TOTAL	100.000.00

To prepare the budget presented in Table II, the projected expenditures for each result in the work plan were taken into consideration. Table III gives the estimated cost of each result, excluding overheads.

WORKPLAN
TABLE III
Estimated Cost of Each Activity

ACTIVITY	Amount in reais (R\$)
I. Studies on accounting model (6 man/months)	24 240.00
II. Studies on computerized system (7 man/months)	20 280.00
III. Studies on performance evaluation (9 man/months)	36 360.00
IV. Consultant missions (3 study missions Rio de Janeiro or São Paulo/ BSB more than one day's stay)	7 200.00
V. Miscellaneous	415.57
TOTAL	88 495.57

TABLE IV
TIMETABLE

Result	Month 1	Month 2	Month 3	Month 4	Month 5	Month 6	Month 7	Month 8	Month 9
R.1	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X			
R.2	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X		
R.3	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LA COMMISSION ÉCONOMIQUE POUR L'AMÉRIQUE LATINE ET LES CARA BES ET LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL RELATIF À L'ASSISTANCE EN VUE DE LA FORMULATION DE POLITIQUES PUBLIQUES DANS LE DOMAINE DE LA SÉCURITÉ SOCIALE, COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DU 27 JUILLET 1984 ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET L'ORGANISATION DES NATIONS UNIES RELATIF AU FONCTIONNEMENT DU BUREAU BRÉSILIEN DE LA COMMISSION ÉCONOMIQUE POUR L'AMÉRIQUE LATINE ET LES CARA BES

La Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil

(ci-après dénommées les "parties contractantes"),

Considérant que :

Les rapports de coopération entre les parties contractantes sont régis par l'Accord type révisé entre le Gouvernement des États-Unis du Brésil et l'Organisation des Nations Unies, ses agences spécialisées et l'Agence internationale de l'énergie atomique en date du 29 décembre 1964¹ et notamment par le paragraphe 3 de l'article premier, par le paragraphe 1 de l'article III et par le paragraphe 4 de l'article IV, ainsi que par l'Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Organisation des Nations Unies relatif au fonctionnement du bureau de la Commission économique pour l'Amérique latine à Brasília en date du 27 juillet 1984²;

La coopération technique assurée par la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes dans le domaine de la sécurité sociale revêt un intérêt particulier pour les parties contractantes;

La coopération entre les Parties contractantes dans ce domaine devrait être encouragée;

Les Parties contractantes sont convenues, de ce qui suit :

CHAPITRE I. OBJECTIFS

Article premier

Le présent Accord complémentaire a pour but d'assurer au Gouvernement du Brésil la coopération technique de la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes aux fins de l'exécution de programmes d'activités en matière de recherche, de formation des ressources humaines et d'autres types d'assistance technique et méthodologique, au Ministère de la prévoyance et de l'assistance sociales et des services sociaux, sous forme de séminaires, de symposiums, de stages et d'échanges d'experts.

1. Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 684, p. 248.

2. *Ibid.*, vol. 1885, no 1-32078.

CHAPITRE II. EXÉCUTION

Article 2

Par les présentes, le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :

I. Le Ministère de la prévoyance et de l'assistance sociales et des services sociaux en qualité d'organisme responsable de l'exécution des activités visées au présent Accord complémentaire; et

II. L'agence brésilienne de coopération (ci-après désignée sous le sigle "ABC") en qualité d'organisme responsable de la coordination, du suivi et de l'évaluation des activités visées au présent Accord complémentaire.

Article 3

La Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes (ci-après désignée par le sigle "CEPALC") désigne par les présentes son bureau à Brasilia en qualité d'entité responsable de l'exécution des activités visées au présent Accord complémentaire.

CHAPITRE III. APPLICATION

Article 4

Aux fins du présent Accord complémentaire et conjointement avec la CEPALC, le Ministère règle et coordonne les activités ci-après.

Article 5

Les activités entreprises dans le cadre du présent Accord complémentaire seront, dans le but de réaliser les objectifs dudit Accord, décrites aux programmes de travail annuels établis par le Ministère et soumis à l'ABC qui les transmettra à son tour à la CEPALC.

Paragraphe 1. Les programmes de travail annuels visés au chapeau du présent article seront conformes aux principes généraux de la coopération technique et, dans le but de définir leurs objectifs, ils feront l'objet de discussions préalables avec l'ABC qui, en raison de sa compétence statutaire, assurera leur coordination ainsi que leur négociation.

Paragraphe 2. Les programmes de travail, une fois approuvés, seront confirmés par les Parties contractantes au moyen de l'apposition des signatures de leurs signataires respectifs; ils décriront en détail leurs objectifs, leur justification, les activités à entreprendre, les résultats escomptés, les indicateurs relatifs au succès, le calendrier d'exécution de même que celui des versements des contreparties financières nationales. Paragraphe 3. Les programmes de travail annuels visés au présent article pourront être réexaminés périodiquement tant en ce qui concerne les activités à effectuer aux fins de la réalisation des objectifs convenus que le budget établi afin de parvenir auxdits objectifs.

1. Les réexamens périodiques effectués pour répondre à des demandes justifiées sur le plan technique peuvent être proposés par :

- a) Le Ministère; et
- b) La CEPALC.

Paragraphe 4. Le Directeur du bureau de la CEPALC, ou une personne désignée par lui, sera responsable de l'exécution des activités entreprises en vertu du présent Accord complémentaire.

Paragraphe 5. Le Ministre d'État chargé du Ministère de la prévoyance et de l'assistance sociales ou une personne désignée par lui aura la responsabilité de proposer et de coordonner les activités entreprises en vertu du présent Accord complémentaire.

CHAPITRE IV. OBLIGATIONS DES PARTIES CONTRACTANTES

Article 6

Le Gouvernement brésilien :

I. Par l'intermédiaire de l'ABC :

a) Veillera à l'exécution de toutes les dispositions du présent Accord complémentaire et de ses annexes.

II. Par l'intermédiaire du Ministère :

a) Proposera et coordonnera les travaux à exécuter sur la base du présent Accord complémentaire;

b) Définira les résultats à obtenir s'agissant de chacun des éléments du programme de travail, résultats qui seront décrits au moyen de termes de référence et appuyés par les ressources effectivement mises à disposition;

c) Analysera les termes de référence relatifs à chacun des résultats à obtenir et, en conséquence, indiquera le profil des consultants à recruter, le temps nécessaire à la réalisation des objectifs et les experts de contrepartie qui participeront à la réalisation des objectifs;

d) Approuvera chacun des résultats obtenus et réclamera toutes modifications nécessaires;

e) Établira les rapports sur l'avancement des travaux selon les modèles déterminés par l'ABC concernant le suivi des projets de coopération technique internationale;

f) Si cela s'avère souhaitable, publiera lesdits travaux.

Article 7

La CEPALC :

a) Après avoir consulté l'ABC et le Ministère, veillera à l'exécution de toutes les activités visées au présent Accord complémentaire;

b) Choisira les experts et les consultants à embaucher conformément aux dispositions du présent Accord complémentaire et aux pratiques administratives et financières pertinentes;

c) Coopérera avec ses propres experts, selon le cas, ou avec des consultants recrutés en accord avec les demandes du Ministère en s'assurant que les fonctions de ces dernières

soient compatibles avec les activités et les ressources définies au programme de travail et aux termes de référence relatifs à chaque résultat;

d) Aura recours aux ressources qui lui sont disponibles en tant qu'organisme international consacré à la coopération technique réciproque, chaque fois que le Ministère en fera la demande;

e) Participera au suivi et à l'évaluation des activités entreprises;

f) Présentera un rapport final sur l'exécution de ses activités accompagné d'une évaluation des résultats obtenus et ce dans un délai de soixante (60) jours suivant l'expiration du présent Accord complémentaire;

g) Organisera et coordonnera des activités de coopération technique horizontale qui permettront de profiter des expériences et des méthodologies mises au point dans d'autres pays et qui portent sur des questions qui se rattachent aux objectifs de l'Accord complémentaire;

h) Exécutera les activités ci-avant au moyen de missions d'études comportant un personnel choisi par le Ministère, auprès de pays avec lesquels des programmes sécuritaires ont été entrepris; des missions de fonctionnaires desdits pays pourront être organisées pour étayer des programmes particuliers et ce sous réserve de la disponibilité du personnel technique approprié;

i) Organisera des activités de formation en ressources humaines en accord avec le Ministère.

CHAPITRE V. RESSOURCES FINANCIÈRES

Article 8

Aux fins de l'exécution du présent Accord complémentaire, le Ministère s'engage à contribuer un montant de R\$ 100 000 (cent mille réaux).

Paragraphe 1. Les dépenses visées au chapeau du présent article seront assumées par le budget du Ministère en vertu de la loi No 9598 du 30 décembre 1997, Programme de travail 33101.15.082.0492.2015.0006 supervision et coordination de la politique de prévoyance sociale objet de dépenses 3.4.72.41 (autres dépenses courantes transferts extérieurs organisations internationales contributions), source 151 (contributions sociales sur les bénéfices des personnes morales). Note d'allocation No 98 NE00143 au montant de R\$ 100 000,00 (cent mille réaux).

Paragraphe 2. L'exécution des engagements contractés par la CEPALC et financés à même les ressources en vertu du présent Accord complémentaire ne pourra excéder la durée de l'Accord.

Paragraphe 3. La contribution financière du Ministère sera versée à un fonds d'affectation spéciale destiné à la coopération et à l'assistance technique qui sera créé par la CEPALC, ledit fonds étant géré conformément aux dispositions des règlements financiers et administratifs et du Statut du personnel des Nations Unies et soumis aux pratiques des Nations Unies relatives à la vérification des comptes.

Paragraphe 4. Le fonds d'affectation spéciale constitué grâce à la contribution financière du Ministère sera débité à un taux équivalent à 13% de ses dépenses pour couvrir les services administratifs de soutien assurés par la CEPALC aux fins de l'exécution des activités prévues par le présent Accord complémentaire. Le fonds d'affectation spéciale sera également débité d'un montant non remboursable correspondant à 1 % de la rémunération ou du salaire net des consultants ou du personnel recrutés au moyen de ses ressources, de manière à constituer un fonds de réserve propre à satisfaire toute réclamation résultant d'un décès, de blessures ou d'une maladie s'étant produit à l'occasion ou en cours d'exécution de fonctions officielles, tel que prévu par les règles et règlements des Nations Unies.

Paragraphe 5. La CEPALC n'assumera aucun engagement financier qui pourrait excéder la contribution du Ministère au fonds d'affectation spéciale.

CHAPITRE VI. PRÉSENTATION DES COMPTES ET RAPPORT FINAL

Article 9

La CEPALC présentera au Ministère une justification des ressources utilisées dans le cadre du présent Accord complémentaire en soumettant des rapports techniques et financiers semestriels comportant une brève description des dépenses effectuées au cours de la période.

Paragraphe unique. La CEPALC s'engage également à soumettre un rapport final dans un délai de soixante (60) jours suivant la date d'expiration du présent Accord complémentaire.

CHAPITRE VII. VÉRIFICATION DES COMPTES

Article 10

Le programme de travail exécuté dans le cadre du présent Accord complémentaire fera l'objet d'une vérification des comptes annuelle ou lorsque l'une ou l'autre des parties contractantes le jugera nécessaire.

Paragraphe 1. Toute la documentation relative aux activités de coopération engagées en vertu du présent Accord complémentaire sera placée à la disposition des vérificateurs en tout temps dans les locaux du Ministère.

Paragraphe 2. S'agissant des originaux détenus par la CEPALC en vertu de privilèges et immunités, des exemplaires authentifiés de ceux-ci seront placés à la disposition des vérificateurs à leur demande.

CHAPITRE VIII. PERSONNEL

Article 11

Le recrutement d'un personnel par la CEPALC aux fins de l'exécution des activités visées au présent Accord complémentaire sera régi par les dispositions administratives et fi-

nancières et du règlement du personnel des Nations Unies et le Ministère n'entretiendra aucun rapport juridique de quelque nature avec les personnes ainsi recrutées.

CHAPITRE IX. DIVULGATION ET RECONNAISSANCE DE PARTICIPATION

Article 12

La CEPALC et le Ministère procéderont à des consultations concernant l'opportunité de reproduire, de publier ou de diffuser la documentation ou d'autres résultats de la coopération technique découlant du présent Accord complémentaire, tout crédit étant accordé à la participation de chacune des Parties contractantes.

Paragraphe unique. Le Ministère s'engage à mentionner expressément la participation de la CEPALC à l'occasion de la diffusion de toute information portant sur les activités réalisées en vertu du présent Accord complémentaire. À l'occasion de la publication ou de la diffusion de documents résultant desdites activités, il sera strictement interdit de fournir les noms, marques de commerce, symboles, logos, images, combinaisons de couleurs ou dessins qui sont ou qui pourraient être considérés comme constituant une publicité à caractère personnel ou commercial.

CHAPITRE X. AMENDEMENT

Article 13

Le présent Accord complémentaire pourra être modifié par la voie diplomatique à la suite d'un accord entre les Parties contractantes.

CHAPITRE XI. SOLDES FINANCIERS ET AVOIRS

Article 14

À l'expiration du présent Accord complémentaire, le Ministère et la CEPALC procéderont de la manière suivante s'agissant de tout bien qui aurait été acquis, des ressources subsistantes et des soldes financiers :

I. Les biens acquis grâce aux ressources destinée à l'exécution du présent Accord complémentaire seront transférés aux avoirs du Ministère;

II. La CEPALC restituera au Ministère le solde de toutes les ressources non utilisées et encore détenues par elle une fois les obligations non acquittées ayant été réglées.

CHAPITRE XII. DURÉE

Article 15

Le présent Accord complémentaire entrera en vigueur à la date de sa signature et demeurera en vigueur pendant une période de 12 (douze) mois. L'Accord pourra être prolongé par les Parties contractantes pour une période équivalente sous réserve d'une notification à cet effet.

CHAPITRE XIII. DÉNONCIATION

Article 16

Le présent Accord complémentaire pourra être dénoncé par l'une ou l'autre des Parties contractantes moyennant un préavis de 90 jours; au cours de cette période les activités en cours pourront être poursuivies.

Paragraphe unique. Lorsque le présent Accord aura été dénoncé par l'une ou l'autre des Parties contractantes, le CEPALC réglera les engagements contractés au cours de son exécution et conclus avant sa dénonciation et ce dans un délai de 30 (trente) jours ouvrables à compter de la date de la dénonciation, étant entendu que les engagements contractés par la CEPALC et non réglés au cours de la période visée au chapeau du présent article ne pourront être imputés à l'Accord et deviendront automatiquement un solde restant et seront, en conséquence, retournés au Ministère à la même date.

CHAPITRE XIV. RÈGLEMENT DES DIFFÉRENDS

Article 17

Tout différend résultant de l'application du présent Accord sera réglé par la voie diplomatique.

CHAPITRE XV. DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 18

S'agissant des matières non traitées au présent Accord complémentaire, les dispositions de l'Accord type révisé du 29 décembre 1964 entre le Gouvernement des États-Unis du Brésil et l'Organisation des Nations Unies, ses agences spécialisées et l'Agence internationale de l'énergie atomique et de l'Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Organisation des Nations Unies relatif au fonctionnement du Bureau de la Commission économique pour l'Amérique latine à Brasília en date du 27 juillet 1984 s'appliqueront.

Fait à Brasília, le 30 juin 1998 en double exemplaire, les deux textes faisant également foi.

Pour la Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes :

RENATO COELHO BAUMANN DAS NEVES

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

ELIM DUTRA

PROGRAMME DE TRAVAIL

I. Titre du projet

Formulation de politiques d'intérêt général dans le domaine de la sécurité sociale.

2. Objectif d'ensemble

Renforcement de la capacité du Ministère de la prévoyance et de l'assistance sociales à formuler des propositions de politiques d'intérêt général concernant des questions relevant de sa responsabilité.

2.1 Objectif immédiat

Promotion d'études, de séminaires et de publications qui traitent des options de politique générale en matière de sécurité sociale, à la lumière de l'expérience internationale, et étude de leurs incidences sur la politique sociale du gouvernement.

3. Historique et justification

La Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes des Nations Unies (CEPALC) entreprend des études qui visent à contribuer au développement économique et social de la région. Les résultats de ces études constituent le fondement des activités de coopération technique avec les pays membres de la CEPALC.

Dans le cadre de la proposition qui vise à favoriser la transformation des économies de l'Amérique latine et des Caraïbes dans un contexte d'équité sociale, la CEPALC a mis l'accent sur le rôle de la politique sociale, notamment de la sécurité sociale et des mécanismes d'assurance sociale. Plusieurs pays de la région procèdent à des réformes majeures de leurs systèmes de sécurité sociale. La CEPALC a engagé plusieurs projets importants de recherches comparatives portant sur ces réformes au début de la décennie et elle a plus récemment consacré ses ressources à l'étude de thèmes importants relatifs à la sécurité sociale, tels que le financement des secteurs de la santé.

Dans le cas du Brésil, la CEPALC a, par l'intermédiaire de son bureau de Brasília, coopéré avec le Ministère de la prévoyance et de l'assistance sociales à la préparation d'études, de séminaires, et de publications à l'occasion de l'Assemblée constituante (1987-1988), de l'examen constitutionnel (1993-1994) et des amendements constitutionnels (depuis 1996).

Ces diverses phases de la coopération technique entre les deux organismes avaient différents objectifs. Au cours de la première phase, les études de la CEPALC et du Ministère visaient à effectuer un inventaire de la situation de la sécurité sociale au Brésil tout en incluant un examen initial des indicateurs sociaux. La deuxième phase a permis de procéder à plusieurs études portant sur diverses propositions de réforme du régime de la sécurité sociale. La recherche a porté notamment sur l'expertise internationale concernant le processus de réforme de la sécurité sociale, y compris la question de l'intégration régionale. Au cours de la phase la plus récente, deux approches peuvent être identifiées : d'abord la mise à jour des études de simulation sur les incidences économiques et juridiques de la réforme faisant l'objet de discussions avec le Congrès national et, par la suite, le renforcement des capacités d'analyse et de gestion des domaines qui se développent rapidement dans le contexte d'une réforme du système sécurité sociale complémentaire et gestion de l'information relative aux bénéficiaires potentiels.

La phase qui est proposée au présent programme de travail vise à consolider les résultats de la formation à la gestion en matière de sécurité sociale complémentaire, de façon à moderniser et à développer la capacité de supervision du Ministère dans ce domaine.

Au cours des quatre dernières années, les changements préconisés par le Ministère de la prévoyance et de l'assistance sociales visaient à développer et à systématiser les activités des fonds de pension privés tant ouverts que fermés. En conséquence, les responsabilités de surveillance se sont considérablement accrues exigeant un meilleur accès aux informations concernant la performance de ces fonds de même que l'élaboration de méthodologies de gestion et d'analyse de risques à l'intention des gestionnaires de fonds.

La phase proposée comportera trois activités : la normalisation des informations comptables, un système de gestion de l'information et l'évaluation de la performance économique et financière. La première activité exigera une modification en trois étapes du modèle comptable s'agissant des organismes privés et fermés de sécurité sociale en commençant par une révision du modèle comptable pour tenir compte de l'évolution des nouvelles opérations financières effectuées par le régime de sécurité sociale complémentaire, ceci étant suivi d'une actualisation des normes comptables essentielles et, enfin, d'une élaboration de nouveaux modèles comptables pour ces fonds. S'agissant des deuxième et troisième étapes, en vertu de l'Accord de coopération technique précédent entre la CEPALC et le Ministère, les produits nécessaires ont été élaborés de façon à satisfaire aux exigences d'un système informatisé de gestion des données aux fins du suivi des investissements et de l'utilisation des fonds, ainsi que la méthodologie correspondante d'analyse et d'évaluation de la performance économique et financière de ces institutions. À ce stade, l'objectif consiste à exploiter les résultats déjà obtenus et de constituer un système informatisé et une évaluation de la performance, de même qu'une formation visant les secteurs techniques du Ministère et des fonds.

4. Activités et résultats escomptés

Les activités seront menées à la lumière des objectifs de l'Accord complémentaire entre la CEPALC, l'agence brésilienne de coopération et le Ministère. Un tableau figure ci-après qui indique les principales activités à réaliser, les résultats escomptés et les indicateurs d'évaluation du succès obtenu. Les trois composantes propices sont décrites au titre des activités relatives au système de sécurité sociale complémentaire.

L'exécution et la coordination du programme de travail exigeront que ces macro-activités soient décomposées en un enchaînement de sous-activités ayant leurs propres délais, permettant ainsi un suivi et une évaluation. En général, les mécanismes de vérification consistent en une présentation des rapports de recherche et, dans certains cas, la présentation du résultat de l'application de programmes informatisés comme, par exemple, la création d'une banque de données.

5. Dispositions opérationnelles

Ce programme de travail sera exécuté par le bureau de la CEPALC à Brasília et le Ministère de la prévoyance et de l'assistance sociales. Au sein du Ministère, un Comité consultatif sera constitué pour assurer l'analyse et le suivi des projets qui seront soumis à la CEPALC aux fins de la coopération, ce Comité qui sera présidé par le conseiller international du Ministère, surveillera la façon dont les activités sont exécutées, il coordonnera le processus d'identification de nouveaux projets et il vérifiera leurs mandats.

Le choix des consultants ainsi que le contrôle et la confirmation de l'achèvement de chaque activité seront assurés par le Bureau de la CEPALC à Brasília et par les services du Ministère responsable de chaque groupe d'activités, dans ce cas particulier, il s'agira du Secrétariat à la sécurité sociale complémentaire.

Le tableau IV comporte le calendrier d'exécution des activités au cours de la période de 12 mois pendant laquelle l'Accord complémentaire sera en vigueur. Étant donné que les éléments qui se trouvent déjà informatisés et que la méthodologie d'évaluation de la performance économique et financière sont déjà disponibles grâce aux résultats de l'Accord de coopération technique antérieur, la priorité sera accordée à leur exécution. En conséquence, l'élément comptable sera abordé au cours de la deuxième moitié de la période.

PROGRAMME DE TRAVAIL
TABLEAU I
Éléments, activités et résultats

OBJECTIF IMMEDIAT	RESULTATS	ACTIVITÉS	PRINCIPAL INDICATEURS
<p>Amorcer les études, séminaires et publications qui se consacrent aux grandes options en matière de sécurité sociale, à la lumière de l'expérience au niveau international et examiner leur incidence sur la politique sociale du gouvernement.</p>	<p>R.1.1. Modél comptable pour les organismes privés de sécurité sociale évaluation des organismes.</p> <p>R.1.2 Mise en place d'un système informatisé pour le suivi et l'évaluation de la performance économique et financière des entités de sécurité sociale complémentaire fermées.</p>	<p>1.1.1 Évaluation des catégories comptables actuelles et modèle des procédures.</p> <p>1.1.2 Mise en place d'une capacité de diagnostic rapide de la situation comptable des entités privés.</p> <p>1.2.1 Création et mise en marche d'un système informatisé avec technologie compatible permettant au ministère de transmettre et de recevoir des données économiques et financières des organismes de sécurité sociale complémentaires.</p> <p>1.2.2 Installation d'un système électronique de collecte de données et analyse des données ainsi recueillies</p>	<p>a) Adaptation des modèles comptables aux opérations financières telles que les fusions de sociétés, divisions d'actions, constitution en société, fonds à plusieurs bailleurs et mécanismes d'assistance</p> <p>b) Proposition de révision des règles relatives aux opérations financières visées ci-avant et aux opérations boursières (options, prêt de parts, etc.).</p> <p>c) Présentation d'une proposition de nouvelles démonstrations de comptabilité, qui comprend les opérations analysées</p> <p>a) Capacité de supervision du ministère en matière de sécurité sociale supplémentaire modernisée et étendue.</p>

OBJECTIF IMMEDIAT	RESULTATS	ACTIVITÉS	PRINCIPAL INDICATEURS
	<p>R.1.3 Mise au point de méthodes d'évaluation de la performance économique et financière des entités de sécurité sociale complémentaire fermées.</p>	<p>1.2.3 Formation du personnel du système de sécurité sociale et des entités de sécurité sociale complémentaire fermées. 1.2.4 Institution d'options pour la gestion de données pour la préparation de rapports. 1.2.5 Émission de rapports de gestion sur la performance économique et financière des entités de sécurité sociale complémentaire fermées. 1.3.1 Évaluation de la performance des agences de sécurité sociale complémentaire en ayant recours à une méthodologie transparente et fiable. 1.3.2 Modification de la législation actuelle de manière à pouvoir appliquer la méthodologie d'évaluation 1.3.3 Perfectionnement du système de sécurité sociale complémentaire pour lui permettre de contrôler et d'évaluer efficacement la rentabilité des avoirs des entités de sécurité sociale complémentaire.</p>	<p>a) Formation du personnel technique du système de sécurité sociale complémentaire et des entités de sécurité sociale complémentaire dans le contexte de la méthodologie d'évaluation et des indicateurs de performance. b) Proposition de nouvelles lois ou d'amendements législatifs relatifs au secteur. c) Mise en place des conditions d'autoréglementation du secteur.</p>

PROGRAMME DE TRAVAIL
TABLEAU II
CALENDRIER DES DÉBOURSEMENTS

VENTILATION	1988 MONTANTS EN RÉAUX (RS)
Consultants et formation	80.880.00
Transport et indemnités journalières de subsistance	7.200.00
Publications	0.00
Matériel	0.00
Divers	415.57
Frais généraux CEPALC	11.504.43
TOTAL	100.000.00

Pour faciliter la préparation du budget qui figure au tableau II, les dépenses prévues pour chacun des résultats du programme de travail ont été prises en compte. La valeur estimée pour chacun des résultats à l'exception des coûts de gestion est présentée au tableau III

PROGRAMME DE TRAVAIL
TABLEAU III
Coûts prévus pour chaque activité

ACTIVITÉ	Montants en réaux (R\$)
I. Études sur modèles comptables (6 mois/homme)	24 240.00
II. Études sur systèmes informatisés (7 mois/homme)	20 280.00
III. Études sur l'évaluation des performances (9 mois/homme)	36 360.00
IV. Missions des consultants (3 missions d'étude Rio de Janeiro ou São Paulo/BSB plus d'une journée)	7 200.00
V. Miscellaneous	415.57
TOTAL	88 495.57

TABLEAU IV
CALENDRIER

Resultat	Mois 1	Mois 2	Mois 3	Mois 4	Mois 5	Mois 6	Mois 7	Mois 8	Mois 9
R.1	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X			
R.2	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X		
R.3	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X	XXX X